

S
UFRJ/IEI
TD95

043956-8

le Federal do Rio de Janeiro

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 95

ANOTAÇÕES SOBRE A POBREZA FEMI-
NINA NA CONSTITUIÇÃO DE UM MER-
CADO DE TRABALHO INFORMAL DO
BRASIL

Maria Valéria Junho Pena

Maio/1986

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

ANOTAÇÕES SOBRE A POBREZA FEMININA NA CONSTITUIÇÃO
DE UM MERCADO DE TRABALHO INFORMAL DO BRASIL

Maria Valéria Junho Pena



43 - 016328

Maio/1986

FEA - UFRJ
BIBLIOTECA

Data: 7/11/86

N.º Registro: 043556-8

NS 98316

5
UFRJ/IEI
TD95

FICHA CATALOGRÁFICA

Pena, Maria Valéria Junho

Anotações sobre a pobreza feminina na constituição de um mercado de trabalho informal do Brasil.

-- Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia Industrial, 1986.

26 p.-- (Texto para Discussão; n.95)

ANOTAÇÕES SOBRE A POBREZA FEMININA NA CONSTITUIÇÃO DE UM MERCADO DE TRABALHO INFORMAL DO BRASIL

Maria Valéria Junho Pena*

Este trabalho possui duas premissas e dois objetivos. A premissa inicial é a de que o mercado de trabalho e as relações que se estabelecem no seu interior não são espontâneos e, sim, objeto de regulação social. A probabilidade é de que essa regulação se faça pelo Estado, desde que é ele que tendencialmente monopoliza o uso legítimo da força nas sociedades modernas. A área, cujo escopo é progressivamente menor, não regulada pelo Estado, não obstante o é através de outros mecanismos igualmente coercitivos, de ordem simbólica, costumeira ou por instituições micro-sociais. Porque o uso legítimo da força como garantia da norma foi apropriado pelo Estado; quando ela se exerce por outros agentes - que em princípio deveriam ser os portadores da civilidade e da urbanidade (Elias, 1982) - a sensação produzida, em alguns casos, é a da violência criminal, em outros, o da manipulação paternalista.

A premissa seguinte é a de que as relações livres de trabalho são sempre expressão de um contrato, no sentido de que manifestam acordo entre vontades; nas sociedades modernas dominam situações nas quais as partes contratantes são agentes do mercado e o contrato se regula pela potencialidade ao apelo

(*) Agradeço a Elisa Reis, Isabel Gomez de Souza e Ricardo Tolipan, com os quais discuti extensamente as principais idéias desse texto, especialmente a tentativa de caracterizar politicamente a segmentação do mercado de trabalho em um território formal e outro informal.

da Lei, que garante o cumprimento das condições negociadas. Si multâneamente, é a ausência dessa garantia que permite que se pense num mercado de trabalho informal.

As consequências de ambas as premissas são imediatas: de um lado, "informalidade" no mercado de trabalho significa apenas que outras instâncias do social, que não a legal, estão regulando as relações de trabalho⁽¹⁾; de outro, os indivíduos, ou classe de indivíduos, trabalharão de uma ou de outra forma, com ou sem a formalização legal de um contrato, em função, é claro, do tamanho da oferta e composição do mercado de trabalho e da estrutura e níveis de salário, mas também de resoluções tomadas por história de vida, compulsão familiar ou tradição. De um terceiro ângulo, ainda, não existe descontinuidade estrutural entre os territórios formal e informal do mercado de trabalho e a classe trabalhadora de ambos os mercados origina-se da mesma história, a da formação do pobre no Brasil.

Os dois objetivos são o de argumentar, em primeiro lugar, que da mesma maneira que entre trabalhadores contratualmente inseridos no mercado de trabalho (Pena, 1981), também no mercado de trabalho informal o sexo consiste numa linha de segmentação, configurando uma arena de trabalho, o emprego doméstico, razoavelmente definida; em segundo lugar, que é possível, com base na literatura corrente das ciências sociais, desenharmos as linhas de sua constituição histórica.

(1) Apenas por inspiração clássica e em sentido lato poderíamos entender as relações de trabalho no mercado de trabalho informal como contratuais. Aqui se abdica dessa inspiração.

A parte I do texto preocupa-se com os elementos configuradores desse território, enfatizando a ambiguidade da inserção do emprego doméstico no mercado de trabalho urbano. Nem todas as empregadas são permanentes, no sentido que nem todas trabalham cotidianamente na mesma casa, desempenhando as mesmas tarefas; são numerosas as diaristas e faxineiras, que se ocupam com várias casas diferentes durante a mesma semana e, eventualmente, durante o mesmo dia. No entanto, mais que a heterogeneidade, é o estatuto legal a maior fonte dessa ambiguidade. De fato, ao menos às permanentes, a Lei assegura o direito à posse de uma carteira de trabalho. Essa carteira garante previdência social à sua portadora e cria um vínculo impessoal entre ela e o empregador, obrigados que são ambos à contribuições mensais para o instituto daquela previdência. No entanto, ela não substitui o contrato porque nela não se estabelecem as condições de sua execução, exceto o direito à férias anuais. Explorando esses traços, que sempre parecem desconectados, procura-se precisar, conectando-os, a natureza sociológica do emprego doméstico.

A parte II do texto trata de buscar processos históricos constituidores dessa categoria de trabalhadoras, discutindo a formação, desde o século XVII, de uma camada social desclassificada, porque excluída de sua ordem na ordem escravocrata e, posteriormente, excluída da sua ordem, na ordem industrial.

I

O Censo Demográfico Brasileiro de 1980 mostrou que, naquela ocasião, existiam, no país, 2.357.176 mulheres empregadas em serviços domésticos, em contraposição a apenas 108.907 homens. A dimensão do peso dessas mulheres na força de trabalho expressa-se, por exemplo, quando se leva em conta que elas correspondiam a 48% do conjunto de 4.918.209 trabalhadores empregados na indústria de transformação.

Dessas mulheres, arrumadeiras, cozinheiras, faxineiras e babás, apenas 21% trabalhavam até 40 horas semanais e, de fato, 37% tinham uma jornada de trabalho mensal maior que 48 horas. Considerando seus rendimentos, somente 14% ganhavam o equivalente a um ou mais salário mínimo legal (Pereira de Melo, 1985).

Do ponto de vista do Direito, o estatuto desse trabalho não se assemelha ao dos demais. A Consolidação das Leis do Trabalho implicou, desde 1943, que o Direito do Trabalho e não o Direito Civil disciplinasse as relações de trabalho. Naquela época, no entanto, excluiu-se do seu âmbito o emprego doméstico, compreendido como "serviços de natureza não econômica". Apenas em 1972, ele foi regulamentado (Lei 5.859 e Decreto nº 71.885), conferindo-se, então, à sua profissional, o direito à férias anuais e os benefícios e serviços da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807 de 26/08/60), mas não lhe garantindo direito ao repouso semanal, ao limite de jornada de trabalho e concomitantemente pagamento de horas extras, ao sa-

lário mínimo, ao aviso prévio em caso de dispensa, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, à licença maternidade. Também ao contrário de outros trabalhadores, estas não se relacionam com os instrumentos fiscais do governo e não são descontados de imposto de renda ao receberem seus salários.

Embora não tenham sido muitas as pesquisas realizadas pelas ciências sociais sobre essa categoria, alguns resultados, mesmo quando produzidos através da manipulação de pequenas amostras, são consensualmente aceitos: as empregadas, em geral, moram onde trabalham; sua existência está ligada a um intenso processo de migração interna de populações pobres, em direção às cidades maiores; sua escolaridade é baixa; seu estado civil, com frequência, incerto (Saffioti, 1976).

Apesar de todas as observações e críticas ao que se convencionou denominar de teoria da segmentação do mercado de trabalho, é pertinente continuar insistindo na postulação de que o mercado de trabalho compreende um certo número de estruturas internamente diferenciadas segundo condições de trabalho, garantias trabalhistas, oportunidades salariais e de carreira, etc. Não se deve, no entanto, desconsiderar a dificuldade, assinalada por um de seus principais formuladores, em se distinguir se essas estruturas se consolidam em virtude da natureza das ocupações ou em função do tipo social especial de trabalhador nelas empregado (Gordon, 1972). Embora essa dificuldade pareça indiscutível, mesmo assim é viável, a esse respeito, seguir Barron e Noble e afirmar que, em qualquer sociedade que possua alguma dimensão rígida de estratificação e di

ferenciação, existe disponível um certo tipo de trabalhador, apto a aceitar um conjunto de ocupações cujas recompensas são consensualmente reconhecidas como inferiores e inadequadas. As mulheres e o emprego doméstico relacionam-se dessa maneira: considerando o trabalho doméstico um destino feminino, é no interior de casas de mulheres que as mulheres pobres, desqualificadas, frequentemente analfabetas e imigrantes, buscam uma forma de sobrevivência semi-assalariada e não contratual. pelas razões que se seguem, esse emprego doméstico pode ser tratado como um segmento razoavelmente definido do mercado de trabalho informal:

- a) Sem nenhum motivo, a qualquer momento, suas trabalhadoras são facilmente dispensadas;
- b) Suas trabalhadoras são distinguíveis de outros trabalhadores através de um atributo adstrito, socialmente significativo, seu sexo;
- c) Suas trabalhadoras não desenvolvem inclinações para valorizar treinamento, experiência e, mesmo, salário;
- d) Suas trabalhadoras não desenvolvem entre si relações de solidariedade;
- e) Para suas trabalhadoras não existe distinção entre local de trabalho e local de residência;
- f) O trabalho é "tratado" e não contratado com uma patroa, também distinguíveis de outros patrões por um atributo adstrito, socialmente significativo, seu sexo;

- g) Como os demais trabalhadores do setor formal e diferentemente do informal, suas trabalhadoras fazem jús a uma carteira de trabalho assinada e benefícios da previdência social; no entanto, exceção ao direito de férias, compartilham com os outros trabalhadores do setor informal a ausência dos direitos trabalhistas previstos na Consolidação das Leis do Trabalho.

Seus atributos, pois, não permitem que o emprego desse vasto contingente urbano de mulheres pobres seja incluído no que aqui se definiu como o território formal do mercado de trabalho, desde que carece, precisamente, da formalização e explícita e garantida por Lei das condições de compra e venda da força de trabalho. Essa informalidade é ainda acrescida, no caso, de uma certa invisibilidade pública: vivendo onde trabalham e trabalhando em empregos instáveis, a empregada doméstica não mora em lugar algum; não frequentando os lugares mais conspícuos das moradias nas quais trabalham e supostamente residem, não possuem os mesmos direitos dos demais trabalhadores; circulam apenas em elevadores e passagens construídas especialmente para elas, seu contato público, portanto igualitário, com os patrões, é evitado.

II

Mas além de caracterizar o segmento que os serviços domésticos ocupam no mercado de trabalho, ainda é possível reconstruir alguns elementos de sua historicidade, enraizada: (a)

na escravidão; (b) na convivência da ordem escravocrata com uma população livre e despossuída; (c) na preferência pelo imigrante estrangeiro europeu para fazer face aos imperativos de força de trabalho, gerados pela expansão da agricultura de exportação e fundação crescente de fábricas desde a segunda metade do século XIX; (d) na imigração posterior de população rural para áreas urbanas.

O empreendimento colonizador tinha uma política e de finia um território para a ação feminina branca. Ler Gilberto Freyre é descortinar a imensidão desse espaço. Se o início da vida colonial fatavam mulheres, então proibiam-se conventos, importavam-se órfãs, garantiam-se dotes (Silva Dias, 1984, p.73). Mas a avassaladora presença feminina pobre já no século XVIII, nas cidades mineiras e em São Paulo (Mello e Souza, 1982; Silva Dias, *idem*), demonstra a incapacidade de economia "formal" em absorver o crescimento populacional que a administração estava tão empenhada em produzir.

Existe um razoável consenso entre os pesquisadores sobre o fato, resumido na frase de Faria, de que a desorganização da economia canavieira em meados do século XVII, e da economia mineira, no século XVIII, produziram "uma forma de organização econômica baseada em unidades dotadas de grande autonomia e que não somente não empregavam mão-de-obra escrava, como também não produziam para o mercado ou o faziam de forma marginal" (Faria, 1974, p.138).

Excluídas da propriedade territorial, essa mão-de-

obra era claramente dependente da dinâmica dela: moradores de condição; parceiros e arrendatários; diaristas e assalariados, (Carneiro Cunha, 1985); tropeiros; vendeiros; capatazes (Carvalho Franco, 1969). Nessa população, móvel e dispersa pelo território brasileiro, a família se constituía sem sacramento e sem cartório. Nela, a mulher ficava com o encargo dos filhos, frequentemente abandonados pelos pais, dedicando-se ao pequeno comércio, à prostituição e aos serviços domésticos.

Mas essa população pobre e livre não sobrevivia apenas na periferia da grande propriedade decadente, mas também vários mecanismos a produziam em áreas florescentes economicamente e nos centros urbanos da época. Mello e Souza (*op. cit.*) mostra exatamente a convivência entre a riqueza da mineração e a pobreza vadia, isto é, excluída. Não se trata apenas do fato - verdadeiro - que o declínio do ciclo do ouro tenha gerado uma população sem eira nem beira, sem propriedade, sem salário e não escrava mas, sobretudo, que a "mineração se estabelecia sob o signo da pobreza" (*idem*, p.66), atraindo uma grande massa de população, inclusive originária de Portugal, apesar do caráter restritivo e escravista da distribuição das lavras.

Tanto Mello e Souza quanto Silva Dias demonstram com profusão de dados como as mesmas três ocupações já referidas - o pequeno comércio quitandeiro e ambulante, a prostituição e os serviços domésticos - acabaram por se tornar as fontes principais de subsistência dessa massa populacional feminina. Estabelecida a família de uma forma não contratual, os filhos pas-

savam a ser encargos femininos e uma pesquisa sobre a população setecentista realizada na então Vila Rica acusava que "de todos os fogos arrolados, 45% eram dirigidos por mulheres, sendo que em 83,1% destes casos elas nunca haviam casado" (Mello e Souza, op. cit., p. 141). Da mesma maneira, para São Paulo nos séculos XVIII e início do XIX, Silva Dias afirma que "mulheres brancas e sem dotes não se casavam nem se integravam nos padrões aristocráticos de organização familiar. Viviam segundo os usos costumeiros em uniões legítimas, porém instáveis, que se sucediam ao sabor dos ciclos vitais e acabavam por criar sozinhas os filhos. Abandonadas por maridos ausentes, juntavam-se com outros homens, com os quais tinham filhos ilegítimos (...) Multiplicavam-se mulheres pobres que o sistema social era incapaz de absorver e que apenas tangencialmente se inseriam na sociedade escravocrata. Num processo de pauperização foram ocupando as margens da miséria da urbanização incipiente (...) " (Silva Dias, op. cit., p. 78-9).

A essas mulheres brancas vinham ainda se acrescentar aquelas escravas de ganho, em geral mulheres mais velhas, que moravam sós, em quartos de aluguel, e que sustentavam-se e a seus filhos, mas que deviam às suas proprietárias, cada semana, ou uma certa quantia previamente estipulada ou alguns dias de jornada de trabalho semanal (*idem*).

Na composição dessa população despossuída, a política de alforria de escravos, executada paulatinamente desde o século XVIII, provavelmente desempenhou papel importante, notadamente porque "ela não era indiscriminada: beneficiava clara-

mente certas categorias de escravos. Beneficiava primeiro, em extraordinárias proporções, as mulheres. Os estudos feitos até agora revelaram proporções da ordem de 66% de libertas mulheres (...) em Parati, entre 1789 e 1822; 58,9% e 69% para Salvador e Zona Rural da Bahia, respectivamente, no período 1684-1745; entre 53% e 57,6% em Salvador, se tornarmos o período 1817 à 1888; enfim, 64% na cidade do Rio de Janeiro entre 1807 e 1831. Estas disparidades são maiores do que parecem à primeira vista, já que a proporção dos sexos na população escrava pendia fortemente para os homens, que eram economicamente essenciais: a importância de africanos, fonte principal de escravos até 1850, privilegiava homens e rapazes (...) " (Carneiro da Cunha, op. cit., p.41).

Mas a alforria não apenas não era indiscriminada como, ao mesmo tempo, pelas várias fórmulas com que foi aplicada, revelou implícito um projeto de dependentização dos ex-escravos, isto é, sua transformação "num cliente, num agregado " (*idem*, op. cit., p.51): alforriados eram passíveis de expulsão sumária da Província e eram, por exemplo, legalmente impedidos de possuir bens de raiz ou de alugar casas sem autorização judicial. De fato, os homens eram estimulados a emigrar para a agrícola; às mulheres alforriadas restavam, de novo, o comércio e os serviços.

É ainda a mesma Carneiro da Cunha que, em outro texto, permite que se avalie como as condições de pobreza no Brasil Colonial não concediam quase nenhuma opção de sobrevivência às mulheres (Carneiro da Cunha, 1984). O caso, por ela relata-

do, é limite e por isso mesmo paradigmático: sem meios para se manter, em 1780, em Belém do Pará, mediante despacho do Ouvidor, uma mulher livre vendeu-se como escrava. Reconhecida livre porque filha de uma índia livre e apesar do pai negro escravo, a referida mulher "declarou-se desvalida (sem pai nem mãe que dela pudessem tratar e sustentar assim para a passagem da como em moléstica, e nem tinha meios para poder viver em sua liberdade) e desejos de ser escrava, supondo que quem a tivesse pago por dinheiro tivesse interesse em mantê-la e cuidar dela" (*idem*, p.57).

Com grande probabilidade foi esse contingente feminino livre e miserável que primeiro forneceu braços para a operação das fábricas inicialmente instaladas no país. Segundo Canabrava, o trabalho das fábricas de tecidos tendia a ser exercido, desde a fundação da indústria, principalmente por mulheres, pois, segundo a estatística de 1872, 9.514 mulheres exerciam atividades nos estabelecimentos de indústria têxtil na Província de São Paulo, que possuía então um total de 10.256 operários (Canabrava, 1951, p.289). Por sua vez, em um outro analista importante do período, podemos ler que "de orfanatos locais, casas de caridade, das casas pobres e da massa desempregada das cidades do litoral, os empresários retiravam o trabalho desqualificado para operar as indústrias têxteis" (Stein, 1957, p.51). Tudo indicava pois, que a indústria iria absorver essa mão-de-obra que vagava pelos espaços urbanos, intermediando as pequenas vendas de excedentes caseiros, sabão, velas, farinha, toucinho, fiando tecidos e panos grossos, costurando e lavando, desenhando louça e fabricando panelas de barro (Silva Dias, *op. cit.*).

O Recenseamento da População Brasileira de 1872 confirmava essa expectativa, atribuindo às mulheres 78% da força de trabalho empregada na indústria.

Como se sabe, foram os homens que terminaram por prevalecer nas fábricas e a breve passagem das mulheres nelas apenas imprimiu a tradição dos salários mínguados, fazendo com que o pão ganho por aquele oficialmente considerado o principal ganhador fosse insuficiente para a subsistência familiar. A consequência foi o envolvimento das mulheres na prestação intermitente de serviços pessoais, na busca de fontes complementares de renda.

O que resta compreender, ao menos tentativamente, são as razões que levaram as mulheres a serem incorporadas às fábricas para dela serem despejadas logo em seguida.

De forma geral, postula-se suficiência de força de trabalho - especialmente em Minas e no nordeste - para responder à crescente necessidade de braços posta pela expansão da cultura de café no oeste paulista e pelo boom do algodão durante a segunda metade do século XIX. No entanto, se se considera as análises mais recentes de Balán (1973) e de Graham e Buarque de Holanda Filho (1984), verifica-se, nesse aspecto, que elas desaguam nas mesmas conclusões dos textos pioneiros de Celso Furtado e Caio Prado Jr., isto é, a mão-de-obra "disponível" não foi mobilizada para a expansão agrícola nem, é claro, pela incipiente atividade industrial. Pelo contrário, promoveu-se a imigração estrangeira.

Vários fatores tem sido colocados pela literatura como responsáveis pela não imigração sertaneja para o pólo em desenvolvimento na época, tais como altos custos do transporte interno, dificuldades de mobilização de uma força de trabalho dispersa, uma certa má vontade cabocla para com a disciplina do trabalho assalariado, etc. Reis, no entanto, baseada em argumentos e dados correntes na bibliografia e em outros por ela própria produzidos, contesta-os a todos e, fazendo-o, propõe uma nova explicação para o fenômeno, mais convincente, dessa vez originária da política (Reis, 1979). Segundo ela, latifundiários paulistas e nordestinos deliberadamente procuraram evitar a competição por força de trabalho e a entrada posterior em cena da burguesia industrial em nada alterou o consenso obtido, visto a forte associação entre seus interesses e os agrários. Em outras palavras, em nome da acomodação política, as elites sulistas afastaram-se das soluções de mercado para seus problemas de uma oferta regional inadequada de mão-de-obra, rejeitando as bases do poder local nordestino e preferindo patrocinar a vinda de trabalhadores europeus.

Para as fábricas, sem os imigrantes brasileiros e sem o poder econômico para dispor dos estrangeiros, restavam as mulheres e meninas originárias da desordem urbana, às quais inicialmente nem mesmo pagavam salários, fazendo-as viver entre máquinas ou em galpões próximos às mesmas (Stein, *op.cit.*)⁽²⁾. A medida que as experiências de colonização com as quais se

(2) Apenas para funções que exigiam maior dose de qualificação contratavam-se trabalhadores estrangeiros masculinos, que faziam, esses sim, jus ao pagamento de salários (Stein, *idem*).

pretendia resolver impasses na oferta interna de alimentos mostraram-se ineficientes e à medida que o assalariamento generalizava-se, as mulheres foram sendo substituídas pelos homens e, em 1920, sua participação no trabalho fabril diminuía para 38%.

Desde o início, pois, o trabalho fabril desqualificava o e o trabalho em serviços domésticos foram domínios conexos para as mulheres pobres, nos quais se incorporavam ora num, ora noutro, sempre com uma perspectiva provisória, dependendo do seu estado civil e da ocupação do eventual parceiro, dos seus ciclos de vida, da localidade de sua moradia. Depoimentos recolhidos pelo Centro de Memória Sindical com velhas operárias ilustram a afirmação.

"Nasci de 19 e fui registrada dia 28 de fevereiro de 1916, em Leme, interior de São Paulo. A gente era da fazenda, tratava lavoura de café, plantação. Tínhamos criação à vontade, não tinha regulamento. Era criação de gado, cavalo, tudo. Chegamos a ter 4 ou 5 vacas de leite de uma vez só. Depois os patrões começaram a achar que os colonos tinham tanto quanto eles, tinham vantagem de criação, tinham isso e aquilo e resolveram dar uma cabeça de criação para cada mil pés de café tratados. Foi preciso diminuir, vender tudo, sem mais nem menos (...) A gente também tinha terra para plantar à vontade mas depois os patrões só queriam plantar a meia: eles davam a semente, a gente dava todo o trabalho e tinha que dividir com eles. Meu pai achou que era uma coisa errada, um desaforo e disse: — Deixa eles aí e vamos embora para São Paulo que dá mais certo. Em 1936 viemos para cá (...) Quando chegamos em São Paulo trabalhei dois ou três meses de empregada doméstica, depois em oficina, até me aposentar. Hoje a empregada doméstica ainda tem um pouco de futuro porque é registrada, antigamente não era, não tinha futuro nenhum. Se eu continuasse, hoje não seria aposentada. Trabalhei pouco tempo e não foi numa casa só. Não da-

va certo, saía daqui ia para lá. Mesmo trabalhando em oficina, não tolerava desaforo, nem de patrão, nem de empregado (...). Depois trabalhei em vários lugares e muitos serviços, em diversas fábricas de caixa de papelão, como embrulhadeira de balas. Era fácil conseguir emprego, me adaptei depressa em São Paulo, andava por todos os lados (...). Não cheguei a ficar desempregada quinze dias, saía de uma firma, já entrava em outra. Vivi assim até os 42 anos. Peguei o setor de bordadeira em 1948. Não sabia bordar coisa nenhuma, vi o jornal 'precisa-se de bordadeira', não quis saber se era aprendiz ou prática, não disse nada, meti a cara e tudo bem".

Ou ainda,

"Nasci na Chácara Flora, em Santo Amaro, dia 24 de dezembro de 1912. Vivíamos um pouco ali em Santo Amaro, naquele tempo bairro da Campininha, outro pouco no Campo Grande, porque a casa da minha mãe era muito pequena e meu pai não tinha serviço certo. Era lavrador. Depois mamãe vendeu a casinha, que era dela, e mudamos para a cabeceira da represa nova onde moramos quatro anos. Não tinha nem um vizinho por perto (...) Com cinco anos me puseram na escola (...) Foi indo, foi indo, enjoei daquela vida, uma vida estúpida. Queria sair, brigava muito (...) Conversei com minha mãe e disse que eu queria sair — 'Aprender, não aprendo nada mesmo' — eu era cabeça dura demais — 'Vocês estão passando necessidade, prefiro trabalhar e ganhar um dinheirinho' (...) Meu pai arrumou uma casa de família e comecei a trabalhar com 11 anos. Ganhava 15 mil réis por mês para tomar conta de três crianças (...) Quando já estava mocinha saí do emprego, resolvi trocar de serviço, fui bater tijolo. A olaria ficava a uma 10, 12 minutos de casa, eu ia andando para lá com um primo (...) Passou o tempo e me ofereceram uma casa para ganhar 80 mil réis por mês. Eu disse para mamãe largar a roupa, eu ia ganhar mais e, também sozinha não dava conta. Trabalhei cinco anos nessa casa (...) Um dia não fui trabalhar e aproveitei o dia para visitar uma tia que fazia anos que não via. Fiquei conhecendo 'meu velho', o Rafael e fiquei gostando. Depois de 15 dias ele começou a me buscar no emprego, me

acompanhava até o portão, a gente batia papinho furado e eu entrava (...) Foram cinco anos de namoro (...) Para casar foi aquela dureza. Sem uma peça, sem um móvel, nada. Enxoval eu não tinha (...) Casamos só no civil. Não tínhamos dinheiro para o religioso, eu com 22 e ele com 30 anos (...) Quando fomos completar um ano de casado — até então eu não trabalhava — meu marido ficou doente (...) Ficamos devendo no açougue, na padaria, na venda e na farmácia. O remédio era voltar ao trabalho. Consegui uma casa de família, ganhando 90 mil réis por mês e lá fiquei parece que dois anos. Depois entrei na fábrica." (Depoimentos de Angelina e Olindo ao Centro de Memória Sindical e Conselho Estadual da Condição Feminina/SP, 1985).

Mas nesses depoimentos também está presente o último dos elementos que esse texto enfatizou, nos quais se assenta a história do serviço doméstico no Brasil, isto é, o processo de migrações internas, que eventualmente se agudizou depois de 30, quando populações rurais pobres dirigiam-se às cidades, não atraídas por surtos de desenvolvimento mas, sim, expulsas por uma conjugação de fatores nos quais já se destacavam a estrutura da propriedade da terra e a seca. Como é contado generalizadamente pela bibliografia, a vida e as ocupações urbanas não as atraíam e apenas caminharam para a cidade "pela impossibilidade da opção agrária" (Rebello de Mendonça, 1986). As evidências demonstram que as transferências se fizeram, sempre que possível, em direção às fronteiras agrícolas; do nordeste e Minas para o sudeste; finalmente, no interior dessa região, em direção às áreas mais urbanizadas (Balán, op. cit.; Graham e Holanda, op. cit.; Rebello de Mendonça, op. cit.).

A decisão de migrar é familiar: a migração, mesmo não se verificando ao mesmo tempo para todos os membros da família,

repercute sobre todos, frequentemente separando-os e destruindo sua solidariedade original; na cidade, suas ocupações se redefinem, e, agora, as mulheres migrantes engrossam o contingente de descendentes de escravas, de ex-operárias, das filhas da confusão urbana, compondo esses quase três milhões de criaturas do sexo feminino que vivem em casas alheias, cuidando de famílias alheias.

Desde o nascimento, no início do nosso século, das mulheres cujo depoimento aqui se transcreveu, o país passou por profundas modificações. Pouco, no entanto, alterou-se no quadro das opções de sobrevivência das mulheres pobres. Aqui, pois, vale lembrar duas pesquisas recentes que indiretamente incidem sobre elas, uma realizada em São Paulo por Durhan (1978), outra, no Rio de Janeiro, por Salém (1981).

A rigor, o texto de Durhan não toma como objeto de sua análise nenhuma ocupação específica, muito menos a de empregada doméstica, e seu objeto são migrantes "a caminho da cidade". No entanto, sempre que desloca, para melhor focar, a mulher dentro do grupo de imigrantes já na cidade, o emprego doméstico surge como recurso de sobrevivência: "o trabalho doméstico, que absorve grande parte da mão-de-obra feminina, ilustra a natureza desse ajustamento à vida urbana, que se faz através de relações de trabalho pré-industriais. Neste caso, o salário, em geral reduzido, é complementado pela assistência pessoal, criando frequentemente laços de clientela entre patrão e empregado. A assistência pode incluir alojamento, alimentação e mesmo roupa. Inclui também, frequentemente, a orientação na movimentação do universo urbano, como utilização dos

serviços públicos, das instituições oficiais dos organismos burocráticos. Muitas vezes esse tipo de auxílio se estende a toda a família da empregada: a procura de escola, de serviços médicos, de documentos, etc. Por outro lado, a própria natureza do trabalho que implica diversificação de atividades, ritmo irregular, pausas frequentes, contatos pessoais (com patrões fornecedores, 'colegas' de serviço), se apresenta como oposta à disciplina do trabalho fabril". (Durhan, *op. cit.*, p.151).

O parágrafo citado foi ilustrado pela autora com a história de uma mulher, vinda do interior da Bahia, casada, com três filhos que, abandonada pelo marido, encontrou na viagem para São Paulo a melhor forma de procurar recursos para a sobrevivência. Em São Paulo, empregou-se como doméstica, ficou novamente grávida mas encontrou uma patroa que ajudou-a na ocasião do parto e que lhe fornece, em suas próprias palavras "casa, comida e roupa lavada" o que lhe permite enviar parte do salário para os outros filhos que ficaram com a avó na Bahia.

Igualmente, o texto de Salém não tem na empregada doméstica seu foco de atenção: ela quer pesquisar mulheres faveladas; fazendo-o, chega inevitavelmente àquela. Mas o fato importante a registrar aqui é que suas conclusões confirmam as de Durhan: dentre 17 mulheres entrevistadas, aleatoriamente escolhidas numa favela do Rio, todas eram migrantes de outros Estados do Brasil; quase todas eram, ou haviam sido, empregadas domésticas; em alguns casos, quando crianças, haviam sido "dadas" a outros parentes em melhor situação econômica para criá-las; outras tantas haviam sido abandonadas pelos maridos, em

alguns casos o primeiro a migrar e, desde então, o sustento dos filhos passara a ser considerado um encargo seu.

O que desponta das duas análises é a figura, até estatisticamente reconhecida, da "mulher chefe de família", isto é, da mulher provedora material. A própria dificuldade cultural de acesso à burocracia judiciária para a demanda por pensão alimentícia faz da patroa a patrocinadora de bens e serviços próprios a outras instâncias e, segundo Salém, "é como se as relações impessoais, consubstanciadas em instituições e próprias à esfera pública, escapassem ao seu controle e entendimento". (Salém, op. cit., p.63).

Em suma, reconstituir a história da empregada doméstica leva inevitavelmente à confluência de duas trajetórias : de um lado a da formação das populações pobres no Brasil; de outro, o cuidado dos filhos atribuído às mulheres. Em outras palavras, a preferência inicial por imigrantes e por homens no trabalho assalariado abriu as portas das cozinhas das famílias mais abastadas às mulheres pobres.

Conclusões

Esse texto argumentou que a marca distinta das relações de trabalho nas sociedades contemporâneas industriais é sua regulação pelo Estado, através da vigilância que a Lei opera sobre os contratos de trabalho. A idéia de mercado de trabalho informal apenas tem validade se a pretensão do termo "informal" for tão somente a de abordar a ausência de garantia legal dos acordos travados no seu interior. Assim, recusa-se a tese de que o Estado seja a única instância organizadora do mercado de trabalho, embora se acredite que seja a mais importante e a mais eficaz; paralelamente, recusa-se a tese da marginalidade do território informal.

O trabalho doméstico foi aqui destacado como uma área do trabalho informalmente prestado a merecer a atenção, da grande quantidade de pessoas que envolve: 2,3 milhões de empregadas e um número aproximado de patroas. Relativamente a ele, pretendeu enfatizar-se que, ao contrário de outros setores fortemente empregadores da economia informal - jogo de bicho, prostituição, comércio ambulante - seu caráter é inorgânico: nenhuma instância material, política ou corporativa o regula; as relações que unem a patroa à empregada são fortemente pessoais e de caráter patriarcal; o serviço prestado é indescritível e inqualificável, podendo ser qualquer coisa a qualquer hora.

Não obstante, o engajamento no emprego doméstico não se dá irrazoavelmente, isto é, sem cálculo. Alguns depoimentos

colhidos por pesquisadores demonstram que, com frequência, ele é o resultado de uma opção pelo que é considerado menos danoso e o péssimo salário e a longa jornada parecem compensar a segurança de um teto e uma refeição num universo que se é agressivo aos pobres, é predatório às suas mulheres. Principalmente, o fato de que a rotina doméstica da casa de origem da empregada seja a mesma da do emprego - trata-se sempre de cuidar de crianças, lavar, limpar e cozinhar - e, ainda, que a patroa seja uma mulher e, portanto, ao menos nisso, uma igual, fazem a visão da fábrica ou do balcão de loja mais violenta que a de uma casa. A ausência tanto de uma cultura operária publicamente consolidada quanto a de uma visão igualitária sobre os sexos reforçam, é claro, o caminho do serviço doméstico.

Finalmente, o texto interessou-se pelas raízes da população feminina disponível para esse engajamento; paradoxalmente, o que se descortinou foi a amplitude da história da mulher livre numa sociedade que era escravocrata. Foi assim, no retorno aos lares das netas de antigas sinhãs, prestando os mesmos velhos serviços de uma escrava doméstica, que essa população pobre porque excluída e excluída porque originalmente livre, encontrou as condições de sua reprodução.

BIBLIOGRAFIA

- BALÁN, J. (1973) "Migrações e Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio de Interpretação Histórico-Comparativa", Revista do CEBRAP, nº 5.
- BARRON, R.D. e NORRIS, G.M. (1974) "Sexual Division of Labour and the Dual Labour Market", apresentado na BSA Annual Conference, mimeo.
- CANABRAVA, A.P. (1951) "O Desenvolvimento da Cultura de Algodão na Província de São Paulo", (1861-1875), USP - São Paulo.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. (1984) "Sobre a Escravidão: Outro Discurso. Escravidão e Contrato no Brasil Colonial", Dédalo, nº23.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. (1985) Negros, Estrangeiros: Os Escravos Libertos e sua Volta à África, Brasiliense, São Paulo.
- CARVALHO FRANCO, M.S. (1965) Homens Livres na Ordem Escravocrata, Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo.
- DURHAN, E.R. (1978) A Caminho da Cidade, Perspectiva, São Paulo.
- ELIAS, N. (1982) State Formation and Civilization, Basil Blackwell, Oxford.
- FARIA, W. (1974) "Pobreza Urbana, Sistema Urbano e Marginalidade", Estudos CEBRAP, nº 9.
- GORDON, D.M. (1972) Theories of Poverty and Underemployment, D.C. Heath, Boston.
- GRAHAM, D.; BUARQUE DE HOLANDA, S. (1984) Migrações Internas no Brasil: 1872-1970, IPE-USP/CNPq - São Paulo.
- JUNHO PENA, M.V. (1981) Mulheres e Trabalhadoras: Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

MELLO E SOUZA, L. (1982) Desclassificados do Ouro, Graal, Rio de Janeiro.

PEREIRA DE MELLO, H. (1985) "Empregadas Domésticas: quantas são, suas metas e as relações com o movimento feminista", Departamento de Economia, Universidade Federal Fluminense, mimeo.

REBELLO DE MENDONÇA, C.A. (1980) A Integração de Imigrantes no Trabalho Urbano, Tese de Mestrado, IEI/UFRJ, mimeo.

REIS, E.M.C.P. (1979) The Agrarian Roots of Authoritarian Modernization in Brazil - 1880-1930, PhD Dissertation, MIT, mimeo.

SAFFIOTI, H.I.B. (1976) Emprego Doméstico e Capitalismo, Vozes, Petrópolis.

SALÉM, T. (1981) "Mulheres Faveladas: com a venda nos olhos" em Perspectivas Antropológicas da Mulher, Zahar, Rio de Janeiro.

SILVA DIAS, M.C.L. (1984) Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX, Brasiliense - São Paulo.

STEIN, S. (1957) The Brazilian Cotton Manufactures: Textile Enterprise in an Underdeveloped Area (1850-1950), Harvard Univ. Press, Cambridge (Mass).

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1986
TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
01. SOUZA, Isabel R.O. Gómez de. <u>Pressupostos ideológicos da estratégia participativa de administração pública</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 85)	22
02. HAGUENAUER, Iia. <u>O complexo químico brasileiro. Organização e dinâmica interna</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 86)	114
03. VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. <u>Nacionalismo versus questão nacional: o exemplo da política nuclear no Brasil</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 87)	88
04. FIORI, José Luís. <u>A crise do Estado desenvolvimentista no Brasil - uma hipótese preliminar</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 88)	113
05. TIGRE, Paulo Bastos. <u>Perspectivas da indústria brasileira de computadores na 2a. metade da década de 80</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 89)	55
06. ERBER, Fábio Stefano. <u>Padrões de desenvolvimento e difusão de tecnologia</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 90)	73
07. MEDEIROS, Carlos Aguiar de. <u>A "superação" da teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. Os caminhos da crítica</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 91)	38
08. ZONINSEIN, Jonas. <u>Conception and theoretical ambiguities of social democracy in the twentieth century: Hilferding's finance capital</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 92)	42
09. BATISTA, Jorge Chami. <u>Brazil's Second National Development Plan and its Growth-Cum-Debt Strategy</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986. (Discussão 93)	94
10. TAVARES, Maria Conceição. <u>Problemas de Industrialización avanzada en capitalismos tardíos y periféricos</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1986 (discussão 94)	66